

LÍNGUA, PODER E CONHECIMENTO: BREVE ESBOÇO SOBRE A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E EPISTÊMICA NO CONTEXTO CABO-VERDIANO

Eurídice Furtado Monteiro*;Itzel Salas Barrena **

Pág. 129 a 159

Introdução

No contexto cabo-verdiano, a situação linguística caracteriza-se pela co-existência hierarquizada da língua cabo-verdiana (LCV) e da língua portuguesa (LP) (Fanha, 1987; Pereira, 1991, 1993 e 2001; Duarte, 1998; Veiga, 2004). Como acontece noutras sociedades crioulas, o estatuto sociolinguístico atribuído à LCV reflecte a sua subalternização em relação à LP: a LCV tem sido confinada ao domínio privado (Fishman, 1972), considerada a língua materna, de comunicação na família, da oralidade e das situações informais de comunicação; em contrapartida, a LP constitui a língua do domínio público (Fishman, 1972), sendo a língua oficial e do ensino, da escrita, dos meios de comunicação social e das situações formais de comunicação. Não obstante, ambas adquiriram um valor simbólico, definindo os contornos para a co-oficialização da LCV.

Neste ensaio, pretendemos analisar a LCV, não apenas enquanto elemento cultural, mas também como suporte de produção e veículo de transmissão de conhecimento. Este ensaio encontra-se dividido em dois momentos principais. No primeiro momento, pretendemos destacar o constructo ideológico que tem vindo a excluir as línguas vernáculas (sem tradição de escrita) do domínio da ciência moderna e procurar o caminho para a *ecologia de saberes*. No segundo momento, pretendemos realçar a necessidade do reconhecimento da diversidade linguística e epistémica no

*Eurídice Furtado Monteiro é Mestre e Doutoranda em Sociologia, no âmbito do Programa "Pós-Colonialismos e Cidadania Global", coordenado pelo Centro de Estudos Sociais e pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

**Itzel Salas Barrena é Mestranda em Linguística Descritiva e colaboradora na área da Crioulística, no Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

As autoras agradecem à Dominika Swolkien pela leitura da primeira versão deste ensaio.

contexto cabo-verdiano, consubstanciada grandemente com uma efectiva implementação do bilinguismo, sem ignorar a importância de uma planificação linguística adequada a esse espaço insular da costa ocidental africana.

1. Língua, poder e conhecimento

No livro *Um discurso sobre as Ciências*, ao caracterizar a ciência moderna saída da revolução científica do século XVI pelas mãos de Copérnico, Galileu e Newton, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos afirma que, «sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas» (Santos, 1999: 10-11).

Com base sobretudo nesta afirmação, o teórico literário Walter Mignolo realça a relação entre as línguas e “ciência”, mostrando que a “ciência” (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada das línguas. Segundo o autor, as línguas não são meros fenómenos culturais em que os povos encontram a sua identidade; são também o lugar em que o conhecimento está inscrito. Uma vez que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo que os seres humanos são, Mignolo considera que a colonialidade do poder e do saber veio a gerar a colonialidade do ser. Nesta sequência, acrescenta que a hegemonia epistémica relaciona-se com as línguas do poder, sendo que, no mundo moderno ocidental, desde o século XVI, as línguas do poder têm estado relacionadas com a expansão imperial (Mignolo, 2004: 632-633).

Como realça Mignolo, a revolução científica do século XVI foi concebida como um triunfo da modernidade, na perspectiva da modernidade, uma autocelebração que ocorreu em paralelo com a crença emergente na supremacia da raça branca [ver as críticas de Frantz Fanon na obra *Pele Negra, Mascaras Brancas* (1975)]. Deste modo, o poder da modernidade ocultava, ao mesmo tempo, a colonialidade (do poder, do saber e do ser). No entender do autor, a colonialidade do poder abre uma porta analítica e crítica que revela o lado obscuro da modernidade e o facto de nunca ter havido, nem poder haver, modernidade sem colonialidade. No mesmo

sentido, o autor inclui a “ciência” e o conhecimento científico, considerando que o conceito moderno de conhecimento e de ciência foi concebido e usado para descartar os conhecimentos e as formas de saber inscritas em línguas vernáculas não ocidentais e coloniais e nas suas origens clássicas (grego e latim). Portanto, a colonialidade (do poder, do saber e do ser) aponta para a sempre oculta implicação de negação e de repúdio em nome dos valores da modernidade ocidental. A ruptura e a disjunção que a colonialidade (do poder, do saber e do ser) introduz no avanço triunfal da modernidade aparecem assim como a única realidade existente. Deste modo, os padrões epistémicos estabelecidos em nome da teologia, da filosofia e da ciência tornaram possível que fosse negada racionalidade a todas as outras formas de conhecimento. Assim sendo, a cumplicidade entre a modernidade e o conhecimento foi, ao mesmo tempo, colonialidade enquanto negação epistémica planetária (Mignolo, 2004: 631-634).

Para essa transformação da “ciência” em única forma de conhecimento válido contribuíram não só razões epistémicas, como também factores económicos e políticos. Estes factores contribuíram para que a “ciência” conquistasse também o privilégio de definir o que é ciência e o que é conhecimento válido, assumindo, igualmente, a condição de ideologia legitimadora da subordinação dos países do “Sul”¹. No século XIX, essa transformação epistémica se consumou através de dois processos. Por um lado, a emergência de uma concepção a-histórica do próprio conhecimento científico, feita do esquecimento dos processos históricos de constituição do conhecimento e das posições e correntes que foram derrotadas ou remetidas para posições marginais em relação às teorias e concepções dominantes. Por outro lado, a morte de conhecimentos alternativos² que conduziu à liquidação ou subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentavam em tais conhecimentos (Santos, Meneses e Nunes, 2004: 19-20).

Entretanto, como tem sido referido, este processo não deixou de conhecer significativas perturbações. Primeiro, não é possível continuar a

¹ Trata-se de um “Sul” sociológico e não geográfico, exprimindo todas as formas de subordinação a que o sistema capitalista mundial deu origem: expropriação, supressão, silenciamento, diferenciação, desigualdade, etc. (Santos, Meneses e Nunes, 2004: 20).

² Tem vindo a ser designado por *epistemicídio* a morte de um conhecimento local perpetrada por uma ciência alienígena.

declarar a irrelevância ou a inferioridade dos diferentes modos de conhecimento emergentes das experiências da esmagadora maioria da população mundial, que vive no “Sul”. Segundo, não é justificável a determinação global de que são os problemas relevantes para o conhecimento em função dos interesses e prioridades definidos nos países do “Norte”, nem a orientação prioritária do investimento na ciência e na tecnologia em função desses problemas. Terceiro, é insustentável a situação de, por exemplo, as ciências sociais continuarem a descrever e interpretar o mundo em função de teorias, de categorias e de metodologias desenvolvidas para lidar com as sociedades modernas do “Norte”, isto porque, a maioria das sociedades existentes, não só apresenta características e dinâmicas históricas diferentes, como tem gerado as suas próprias formas de conhecimentos das suas experiências sociais e históricas e produzindo contribuições significativas para as ciências sociais, ainda que remetido para margens destas. Deste modo, a vitalidade cognitiva do “Sul” não deixou de ter consequências para o conhecimento científico moderno, obrigado a reconhecer a existência de outros conhecimentos, mesmo quando procura circunscrever a sua relevância, qualificando-os de “conhecimentos locais” ou de “etnociências” (Santos, Meneses e Nunes, 2004: 20-21).

Por outras palavras, o filósofo D. A. Masolo, na sua análise sobre a filosofia e o conhecimento indígena numa perspectiva africana, questiona o carácter supostamente abstracto e universal das teorias científicas, denunciando que estas reflectem as circunstâncias e os contextos sociais em que são produzidas. Interroga se as próprias disciplinas científicas não são “etnodisciplinas”. Neste sentido, Masolo evidencia o carácter contextual do conhecimento e a contribuição das “etnodisciplinas” para a “ciência” (Masolo, 2003: 21-23 e 27).

Entretanto, tendo em atenção o reconhecimento do conhecimento científico como a forma oficialmente privilegiada de conhecimento, torna-se necessário a construção de um modo verdadeiramente dialógico de engajamento permanente, articulando as estruturas do saber “moderno/científico/ocidental” às formações “nativas/locais/tradicionais” de conhecimento, por forma a lutar contra a monocultura do saber, na teoria e na prática. Pois, a diversidade epistémica do mundo é potencialmente infinita, sendo nunca demais realçar que todos os conhecimentos são contex-

tuais. Não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos, mas sim constelações de conhecimentos. Deste modo, a reivindicação do carácter universal da ciência moderna é apenas uma forma de particularismo, em que a particularidade reside no facto dela ter poder para definir como particulares, locais, contextuais e situacionais todos os conhecimentos que com ela rivalizam (Santos, Meneses e Nunes, 2004: 46; Santos, 2006: 127).

Partindo do princípio de que a diversidade epistémica do mundo é potencialmente infinita, Santos propõe a *sociologia das ausências*. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O autor mostra que há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível, sendo possível distinguir cinco lógicas ou modos de produção da não-existência, assentes nas seguintes monoculturas: *monocultura do saber e do rigor do saber*; *monocultura do tempo linear*; *monocultura da naturalização das diferenças*; *monocultura do universal e do global*; *monocultura dos critérios de produtividade capitalista*. As lógicas assentes na *monocultura do saber e do rigor do saber* e na *monocultura do universal e do global* merecem destaque neste ensaio. A lógica assente na *monocultura do saber e do rigor do saber*, segundo Santos, consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. No entender do autor, a não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura. Relativamente à lógica assente na *monocultura do universal e do global*, Santos afirma que, na modernidade ocidental, a escala dominante aparece sob duas formas diferentes: o universal e o global. Para o autor, o universalismo é a escala das entidades ou realidades que vigoram independentemente de contextos específicos, tendo assim precedência sobre todas as outras realidades que dependem de contextos e que são assim consideradas particulares ou vernáculas. A globalização, segundo o autor, trata da escala que privilegia entidades ou realidades que alargam o seu âmbito a todo o globo e que, ao fazê-lo, adquirem a prerrogativa de designar entidades ou realidades rivais como locais. Nesta lógica, a não-existência é produzida sob a forma

do particular e do local, incapacitando assim a existência de alternativas creíveis ao que existe de modo universal ou global (Santos, 2005: 17-21; 2006: 95-98).

Com a *sociologia das ausências*, Santos propõe a substituição de monoculturas por ecologias. Assim, o autor identifica cinco ecologias em oposição às cinco monoculturas já apresentadas: *ecologia de saberes*; *ecologia das temporalidades*; *ecologia dos reconhecimentos*; *ecologia das trans-escalas*; *ecologia das produtividades*. As duas ecologias que se opõem às duas monoculturas que destacamos atrás são a *ecologia de saberes* e a *ecologia das trans-escalas*, respectivamente. Relativamente à *ecologia dos saberes*, a lógica assente na *monocultura do saber e do rigor do saber* tem de ser confrontada com a identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente nas práticas sociais. No entender do autor, essa credibilidade contextual deve ser considerada suficiente para que o saber em questão tenha legitimidade para participar em debates epistémicos com outros conhecimentos, nomeadamente com o saber científico. O autor realça que a ideia central da *sociologia das ausências* neste domínio é a de que não há ignorância em geral e nem saber em geral, na medida em que toda a ignorância é ignorante de um certo saber e que todo o saber é a superação de uma ignorância particular. Assim, afirma que o princípio da incompletude de todos os saberes é condição da possibilidade de diálogo e debate epistémico entre diferentes formas de conhecimentos. Quanto à *ecologia das trans-escalas*, ao desglobalizar o local relativamente à globalização hegemónica, a *sociologia das ausências* explora também a possibilidade de uma globalização contra-hegemónica, ampliando a diversidade das práticas sociais ao oferecer alternativas aos globalismos localizados (que é o impacto específico da globalização hegemónica no local, sendo um exemplo neste sentido o caso da propagação da língua inglesa) (Santos, 2001: 69; 2003: 749; 2005: 23-28; 2006: 98-107).

2. O processo da afirmação da língua cabo-verdiana

Uma vez apresentado o quadro teórico que sustenta este ensaio, pas-samos agora à análise do processo de afirmação da LCV, enfatizando a

discussão sobre a complexidade da relação entre esta e a LP e o debate sobre a sua padronização, destacando a importância de uma planificação linguística adequada ao contexto cabo-verdiano.

Como foi acima referido, a situação linguística em Cabo Verde caracteriza-se pelo regime desigual entre a língua vernácula (LCV) e a língua oficial (LP), que, contrariamente à primeira, é uma língua estandardizada. A este tipo de situações que caracteriza não só a maior parte das sociedades crioulas, mas também os contextos em que as línguas vernáculas se encontram excluídas de certos círculos sociais em detrimento das línguas de prestígio³, Ferguson (1959) atribuiu o nome de *diglossia*. As situações diglósicas que se verificam na actualidade são fruto de uma longa convivência com uma certa ideologia de linguagem, a qual foi particularmente preconizada durante o período colonial das ex-colónias, e cujas sequelas se apresentam hoje sob a forma de uma dicotomia que divide os “domínios” de acção de cada uma delas.

Em Cabo Verde, tal como noutros casos que apresentam um regime linguístico caracterizado pela co-existência hierarquizada entre uma língua europeia oficial (internacional) e uma língua local, verificamos que, trinta e três anos após a sua independência, a distribuição do espaço destinado a cada uma revela a interiorização das dicotomias impostas pelo discurso colonial. Por outras palavras, apesar do uso informal (oral) da LCV tenha sido sempre “indexado”, antes e depois da independência, um forte sentido de solidariedade identitária e/ou em certos contextos, de resistência cultural, este uso é menos valorizado ou inclusive indesejado nos contextos públicos, nomeadamente na administração, na educação ou nos média.

Logo após a independência, numerosas iniciativas de valorização da cultura e da identidade cabo-verdianas, nas quais a LCV era o expoente máximo, propulsaram o seu estatuto ao de língua nacional sem, no entanto, quebrar com um certo tipo de *diglossia* que caracteriza a sociedade cabo-verdiana, implicando a exclusão do livre exercício de cidadania à população geral, uma vez que esta não domina a língua oficial imposta pelo Estado-Nação (Dias, 2002: 11).

³ Por gozarem do estatuto de línguas oficiais atribuído pelos governos nacionais ou locais, sendo que, comumente, correspondem às línguas dos antigos poderes coloniais nesses países.

Para uma melhor compreensão e caracterização deste fenómeno, analisaremos a seguir os pontos que parecem essenciais na formulação das causas da aparente separação do domínio de acção de cada língua, sendo este o resultado da longa coexistência entre o LCV e a LP, e tendo como consequência um bilinguismo reduzido, uma situação de insegurança linguística e uma relativa descrioulização ou interferência da LP na LCV.

2.1. LCV e LP: Co-existência, insegurança linguística e descrioulização

Os dados disponíveis relativamente à génese e ao desenvolvimento da LCV, explicam a sua pluralidade interna, nomeadamente no que diz respeito à sua variação geográfica e aos seus diversos registos sociais ou recursos estilísticos.

A formação e difusão da LCV foi regida, entre outros factores, pelo ritmo vagaroso da povoação do desabitado arquipélago devido às limitações logísticas e ambientais, pela diversidade geográfica na origem dos seus habitantes e pela proporção de cada um dos seus grupos populacionais:

«Cabo Verde era um arquipélago despovoado e foi ocupado logo no início das navegações portuguesas (1461-1462) por europeus nobres e seus servos fugidos às perseguições, alguns africanos livres e um enorme contingente de escravos trazidos da costa da Guiné para o cultivo dos géneros de sustentação e criação de gado e, posteriormente, para as plantações de açúcar (...). Estes dados fazem-nos situar a formação do CCV [Crioulo de Cabo Verde] em Sotavento e especialmente na ilha de Santiago que funcionou durante mais de um século como entreposto de escravos (...), onde deviam passar todos os escravos para serem “ladinizados”» (Fanha, 1987: 294).

Fanha comenta ainda a situação da «renovação constante de escravos» face ao «êxodo em massa» da população senhorial branca, para ilustrar a esmagadora diferença proporcional entre dominantes e dominados, restringindo assim o acesso dos escravos à LP. Esta situação constitui o marco primordial para o surgimento de uma língua crioula, que deve ter convivido até aos finais do século XVII com diversas línguas africanas, com um pidgin

renovado, mas estável, e com a LP (Fanha 1987: 294).

No entanto, a LP de origem constava já de uma grande heterogeneidade caracterizada pelos regionalismos empregues pelos falantes metropolitanos. Desta forma, a heterogeneidade do português que foi trasladado para as ilhas em diferentes fases, assim como a mudança diacrónica intrínseca à LP, constituem factores cruciais na génese da LCV. De facto, os falantes de línguas crioulas, de modo geral, acreditam que, contrariamente ao crioulo que é percebido como língua de variação por excelência, a língua da qual o crioulo subtraiu a sua base lexical, é uma língua homogénea. O que na verdade corresponde à interiorização do já referido discurso colonial sobre a inconsistência e desvalorização das línguas vernáculas em detrimento das línguas dos colonizadores.

Durante o período colonial o convívio da LCV com a LP em Cabo Verde, operou-se seguindo três tendências que se podem identificar através das políticas linguísticas que foram aplicadas formalmente pelo poder colonial no território. A primeira tendência pode caracterizar-se por uma co-existência relativamente pacífica entre ambas, na qual a LCV era a língua predilecta para todo tipo de interacções sociais, sendo a sua aprendizagem fortemente motivada até o ponto dos europeus recém-chegados a Cabo Verde, estarem altamente encorajados a aprender essa língua como o relatam alguns registos escritos do final do século XVIII, nomeadamente o referido por Carreira (1985: 27) relativamente a um escritor anónimo que se exprimia em 1784 da seguinte maneira: “raros [são] os [brancos] que sabem falar a língua portuguesa com perfeição, e só vão seguindo o estilo de falar da terra, que é uma corruptela tão rústica que não se pode escrever”.

Apesar deste momento da expansão do uso da LCV para as diversas classes sociais e étnicas, assim como para os domínios públicos e privados, o alargamento do prestígio social da LCV parece ter sido interrompido com a abertura do Seminário-Liceu de São Nicolau em 1866⁴. Veiga

⁴ Embora o impacto objectivo da abertura do Liceu no incremento do número de falantes bilingues tenha sido bastante reduzido, como foi já apontado por Fanha (1987), o seu verdadeiro impacto residiu nas consequências sociais e ideológicas que a presença de uma norma de referência à língua oficial e padrão representava. De facto, os falantes de LP como língua materna que tinham adquirido alguma competência na LCV re-direccionaram a sua escolha linguística à língua alvo com maior prestígio (ou seja, voltaram a adoptar a língua portuguesa como referência única). Esta rotação na escolha da língua teve assim efeitos repercutórios no conjunto dos falantes das ilhas, associando a LP à nova simbologia de superioridade social que lhe foi desde então atribuída.

(2004: 83) refere-se a este momento como uma viragem nas relações entre as duas línguas, pois como explica a instalação de uma instituição educativa nas ilhas determinou o reconhecimento formal e simbólico da LP como a língua absoluta do saber, e da mesma forma invalidou a LCV para este efeito, cumprindo com o seu papel na engrenagem colonial de estabelecer irremediavelmente uma linha divisória e validativa entre dois universos culturais e identitários. Finalmente, os programas dos nativistas⁵ e dos claridosos⁶ retribuíram alguma validade à LCV, sendo que esta era uma ferramenta indispensável no programa identitário cabo-verdiano que se desenvolveu no início do século XX, baseados na expressão da excepcionalidade da identidade cabo-verdiana estabelecida num compromisso que pretendia harmonizar a singularidade regional com a identidade cultural portuguesa, esforço sintetizado na formulação da *caboverdianidade* (Pereira, 1991). No entanto, a validação do uso e da promoção do LCV nas suas diversas formas artísticas, era efectuado através da ideologia dominante que a considerava como sendo um simples dialecto da LP (Silva, 1957; Almada, 1961) e não um sistema linguístico totalmente independente.

A conflituosa co-existência entre a LCV e a LP conduziu a uma situação de desconforto linguístico e identitário perante a qual o uso da língua vernácula tornou-se menos prestigiante, embora traduza uma forma de resistência e união cultural a nível nacional. Com efeito, tem sido a língua utilizada pela maioria da população em oposição à LP, cujos falantes se limitam a uma elite minoritária (que nas situações informais de comunicação recorrem à LCV) e cujo uso encontra-se restringido às situações formais de comunicação.

Se até agora a situação linguística descrita aparenta configurar-se num regime binário (porque diglósico), a situação real é bem mais

⁵ O movimento nativista cabo-verdiano, tal como o brasileiro do qual se inspira, é motivado por um sentimento de valorização da cultura local, em contrapartida àquela de natureza externa. Este surgiu em resposta à imposição cultural externa, e passou a construir um sentimento nativista próprio. Este sentimento foi patente, nos finais do século XIX, com Luís Loff de Vasconcelos, José Lopes e Pedro Monteiro Cardoso e ainda o papel exercido por Eugénio Tavares, que publicava, a partir de Lisboa, um jornal exortando por melhorias na então Colónia.

⁶ A *Claridade* foi uma revista literária surgida em 1936, na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente (Cabo Verde), e que está no centro de um movimento de emancipação cultural, social e política da sociedade cabo-verdiana. Os seus principais responsáveis foram Manuel Lopes, Baltazar Lopes da Silva e Jorge Barbosa.

complexa e encontra-se profundamente moldada pela larga história de co-existência entre a LCV e a LP, com as consequências que se verificaram noutras sociedades crioulas e que apontam para a permeabilidade de ambos sistemas. Tal como noutros países criolófonos, onde a língua lexificadora continuara a co-existir com o crioulo, engendrara-se um *continuum* de lectos, cuja representação em Cabo Verde se exprime nas variedades geográficas (de ilha para ilha e dentro de cada ilha), assim como as variedades sociais (sócio-lectos) e estilísticas. A multiplicidade dos factores e da expressão da variação nas línguas crioulas constitui uma das razões pelas quais os seus falantes “ecoam” as afirmações proferidas pelos seus críticos durante o período colonial. Estes apontavam para a aparente inconsistência da língua crioula para argumentar a favor da sua agramaticalidade; ideia que explica a falta de gramáticas formais da LCV até finais do século XIX. Porém, a produção de análises linguísticas da LCV (Brito, 1887; Lopes, 1963; Almada, 1961; Veiga, 1982 e 1995; Quint, 2000a e b; Lang, 2002; Baptista, 2002; Pratas, 2004 e 2007), que vieram refutar as ideais anteriores, parece ter tido um impacto moderado na aceção geral relativamente ao lugar da LCV na sociedade, nomeadamente na reticência de uma parte significativa da população em abraçar a iniciativa do uso da LCV como meio de ensino, ou ainda como válida para ser usada nos contextos formais e internacionais.

Entretanto, o principal problema como foi já apontado por Fanha (1987 e 1989) e Pereira (1991) reside nas características do *continuum* de variedades que na verdade não permitem uma diferenciação contrastiva entre as duas línguas, sendo que além das interferências, as variedades mais acrolectais (mais próximas da língua lexificadora, ao contrário das basilectais referentes às variedades mais afastadas desta) incorporam traços próximos ou idênticos à língua lexificadora. Em concreto, existem formas mais acrolectais da LCV de ilha para ilha⁷ e dentro de uma ilha por razões geográficas (oposição urbanidade/ruralidade), sociais ou es-

⁷ Refere-se aqui à divisão entre as variedades de Barlavento por oposição às variedades de Sotavento as quais são tradicionalmente colocadas em diferentes estados de assimilação à LP por apresentarem formas tidas como mais ou menos africanas, ou mais ou menos portuguesas. Neste sentido, a variante de São Vicente é a mais acrolectal e a variante de Santiago a mais basilectal.

tilísticas⁸, cuja delimitação entre o sistema crioulo e português revela-se extremamente ambígua.

Os acrolectos numa língua crioula representam a fase mais avançada de descrioulização, isto é, da tendência para a perda gradual das características crioulas desta e que teoricamente levaria a uma assimilação total da língua de prestígio. Estes constituem por isto mesmo o *locus* por excelência da insegurança linguística que prevalece na comunidade cabo-verdiana, onde só uma parte reduzida da sociedade é efectivamente bilingue. Desta forma, explica-se que exista a percepção generalizada que se pode falar crioulo como se de outra língua se tratasse, isto é, os falantes podem imaginar que estão a expressar-se na LP usando a representação mental das variantes 'leves' (acrolectais) que conhecem. Este tipo de situações é comum em certas produções nos âmbitos de difusão pública, como na rádio ou na televisão ou ainda nos quadros institucionais, nos quais os falantes recorrem, se não à LP, pelo menos a uma aproximação desta⁹. Esta situação já tinha sido referida por Fanha:

«O crioulo acrolectal pode ser o crioulo tanto de quem tenta falar português sem grande sucesso (i.é, não conseguindo de deixar falar a sua língua materna), como de quem procura, através de marcas identificadoras do português, valorizar o seu crioulo, ou ainda de quem se limita a introduzir algumas marcas identifi-

⁸ É ainda de grande importância referir que a par da descrioulização generalizada do sistema linguístico crioulo, motivada pela pressão social que exerce a língua de prestígio sobre a língua crioula, existe ainda uma movimentação individual dos falantes no *continuum*, pelo que, além do carácter prestigioso do uso de uma variedade mais próxima do acrolecto, este uso constitui igualmente um recurso estilístico dos falantes que muitas vezes detém um vasto «repertório» de lectos que utilizam consoante o contexto e consoante queiram exprimir convergência ou divergência com o(s) seu(s) interlocutor(es).

⁹ A propósito da descrioulização nos crioulos de base lexical inglesa, Escure (2002) defende que, tanto as variedades mesolectais, como os acrolectos, não constituem meros estádios de assimilação da língua de contacto, mas antes representam um verdadeiro alargamento do repertório dos falantes. Assim, as variedades intermediárias deixam de ser exclusivamente interpretadas como marca visível da perda gradual (ou total) dos traços crioulos e passam a ser definidos segundo o conceito de inovação linguística, processo presente em todas as línguas do mundo: «*in creole situation, learning the standard does not entail a minolithic progression toward the target language (with the replacement of old linguistic forms by new forms) but, rather, the development of a broader repertoire, allowing for the existence of the co-existence of the native and acquired forms in a speaker's competence. Creole speakers have been found to extent their repertoires, at least in English-based creole continua, rather keep them constant through the substitutions of mesolects for basilects and acrolects for mesolects. In other words, mesolects do not constitute just a temporary interlanguage stage*» (Escure, 2002: 66).

cadoras do crioulo numa estrutura e num léxico essencialmente portugueses» (1989: 12).

Convém ainda destacar que em Cabo Verde o processo de descriu-
lização, apesar dos vários focos de pressão social, contida no prestígio
da LP, encontra-se num estado retardado «sobretudo nas zonas rurais e
suburbanas menos expostas à penetração da instrução e cultura oficial
portuguesas (Fanha 1987: 297).

2.2. Planificação linguística no caso cabo-verdiano

Em Cabo Verde, encontramos uma esmagadora maioria de falantes cujo bilinguismo se encontra condicionado pelo acesso reduzido e desigual à LP e para quem o primeiro contacto com esta apenas ocorre quando se chega a escola primária, sendo que até esta idade os falantes são exclusivamente monolíngues na LCV. A este tipo de aquisição da LP como língua segunda (L2) na qual a língua materna tende a interferir num grau muito elevado, Pereira (2001: 154) atribui a designação de *bilinguismo subordinado*, o qual se contrapõe ao *bilinguismo coordenado*, que representa o nível de profusão de um falante bilingue ideal, sendo esta situação graças ao acesso análogo da LP e da LCV. No entanto, este tipo de bilinguismo requer, contrariamente a situação actual em Cabo Verde que houvessem suficientes falantes da LP como língua materna, e que por outro lado existisse uma estrutura institucional que reconhecesse formalmente o estatuto equiparável de ambas as línguas (Pereira, 2001: 153). Isto implicaria a coexistência coordenada e não hierarquizada entre a LCV e da LP, mais sobretudo democratizada desta última, cuja difusão se estenderia aos mais diversos domínios da sociedade cabo-verdiana. Deste modo, a *diglossiasimbólica*¹⁰ que referimos anteriormente seria erradicada junto com a noção da vantagem social proporcionada pelo uso da LP, pelo que os seculares privilégios sociais das elites letradas locais sustentados no seu acesso à LP anular-se-iam. Parece-nos pertinente abordar aqui o pa-

¹⁰ Chamamo-lhe *diglossia* simbólica, pois como foi referido por Fanha: a *diglossia* em Cabo Verde configura-se no colectivo ideológico e é essencialmente subjectiva, pois não se verifica uma divisão objectiva nos moldes da definição proferida por Ferguson (1959), uma vez que os limites dos domínios de uso das duas línguas são apagados pela própria “elasticidade” do contínuo (1987: 297).

pel das elites no seu poder decisivo e por vezes coercivo na planificação linguística, nomeadamente a pouca motivação que demonstraram, após as independências das ex-colónias, em participar nas mudanças institucionais que requer o reconhecimento das línguas crioulas ao nível das línguas oficiais, como o aponta Sebba:

«Independence has swept away the expatriate elites in many countries since about 1960 -but the status of pidgins and creoles in many places is unchanged. Even where there have been positive changes in status for developing languages, often there has been little practical improvement. This may be due to power being held by an elite who can comfortably use the official standard or lexifier language» (1997: 236-237).

No caso cabo-verdiano, esta ideia encontra-se ainda reforçada em certos autores pela interpretação da passividade das elites, não só como uma questão de mínimo esforço, mas sobretudo como a vontade de fazer prevalecer a sua superioridade através do uso da LP. Assim, Batalha assinala: *«For the local elites the use of Portuguese as the state and official language gives them an edge over the masses, who are speakers of creole and illiterates of Portuguese»* (2004: 107).

Por outro lado, uma parte da elite intelectual cabo-verdiana, sobretudo depois da independência tem manifestado a sua vontade de fazer pender a balança da desigualdade linguística e tem demonstrado uma atitude pró-activa na toma de decisões relativas à planificação linguística em Cabo Verde. Estas manifestações de apoio à co-oficialização que tiveram, até agora, algumas repercussões institucionais, como ocorreu em 1979 no colóquio de Mindelo¹¹, onde foram definidos os pontos essenciais na planificação linguística que iriam determinar as estratégias na política linguística aplicadas à LVC: foi formalmente reconhecida como uma *língua* independente e adquiriu o estatuto de língua nacional. Pela primeira

¹¹ A propósito do colóquio de Mindelo, Pereira (1991) refere que o impacto da revalorização da LCV levou em certo ponto a uma basilectação (procura e reabilitação das formas mais basilectais do crioulo) através das iniciativas de recolha de tradições orais orientadas para o estudo e recuperação das formas mais basilectais, nomeadamente aquelas enquadradas pela Direcção Geral da Cultura, dos quais a publicação de Oswaldo Osório (1981) e Tomé Varela da Silva (1984, 1985, 1988) são alguns exemplos.

vez foi abordada a possibilidade de instrumentalizar a LCV através da sistematização da sua grafia, o que fundaria as bases a sua posterior estandardização através da proposta do Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo (ALUPEC), aprovada a título experimental pelo Decreto-lei nº67/98. Ainda se podem mencionar algumas medidas tomadas a nível da criação de condições para a oficialização da LCV constantes no Programa do Governo (BO nº12, de 30/4/96), e ao nível do ensino (cf. Art.3º da Resolução 8/98, BO nº10, de 16 de Março) (Veiga, 2004:126).

Não entanto, o programa linguístico final para a LCV que reside na sua co-oficialização a par da LP encontra-se ainda longe da sua concretização efectiva. Um dos principais entraves é a falta de consenso absoluto relativamente a proposta de grafia que representa o ALUPEC. Isto explica-se em outras razões pela dimensão padronizante que tem a transição de uma forma oral a uma forma escrita, portanto fixa e normativa da LCV, sendo que esta apresenta variação geográfica, a qual tem sido tradicionalmente estabelecida numa relação dicotómica entre as variedades de Sotavento e Barlavento. Esta divisão, tal como aponta Pereira (1999), tem uma raiz histórica que remonta ao tempo da ocupação e colonização das ilhas e inclui variáveis como a composição étnica das duas populações, a extensão de instrução e o contacto com os povos estrangeiros. Relativamente a este último ponto é importante lembrar que a ilha de São Vicente foi só povoada nos finais do século XVIII (1794) com habitantes de outras ilhas (Fogo, e mais tarde Santo Antão), mas também com portugueses vindos dos Açores, da Madeira e de outras origens. Ainda, a ilha teve a coexistência mais curta do arquipélago com a escravatura¹², beneficiou da presença de um grande número de estrangeiros, nomeadamente de um importante contingente inglês no período de 1838 a 1853, e foi marcada por uma taxa de escolaridade relativamente elevada, entre outros motivos devido ao estabelecimento de um Liceu¹³ em 1917 que contribuiu para o desenvolvimento e manutenção de uma elite cultural de forte influência portuguesa (1999: 28-29).

¹² A abolição da escravatura teve lugar em São Vicente em 1875.

¹³ Holm e Swolkien (2005) relativizam o impacto que este Liceu teve sobre a população em geral, pelo que não se pode falar de um verdadeiro salto melhorativo no acesso à LP em comparação com as outras ilhas, o que pela sua vez não basta como único argumento para explicar a classificação da variedade de São Vicente como a mais acrolectal do arquipélago.

Todos estes factores induziram à classificação da variante de São Vicente, e das variedades de Barlavento em geral, como mais próximas do português (acrolectais). Contudo, esta classificação metalinguística comporta ainda certas representações das variedades, distribuídas em termos melhorativos ou pejorativos (sendo mais ou menos europeias, ou mais ou menos africanas), como o explica Pereira:

«Ora, num país que sofreu a colonização portuguesa, estar ou não estar culturalmente ou linguisticamente mais próximo do português tem acarretado necessariamente, quer antes, quer depois da independência (em 1975), conotações simbólicas positivas e negativas de vária ordem que informam atitudes como a referida afirmação de inteligibilidade¹⁴» (1999: 28).

Apesar das análises linguísticas que visam romper com esta divisão entre as variantes (Pereira, 2006), verificamos que no quotidiano cabo-verdiano a dicotomia Norte/Sul está fortemente presente no discurso dos falantes, o que dificulta a aceitação de uma norma comum à totalidade da comunidade, como o aponta Batalha:

«The regional identity divide between *badiu* e *sampadjudu*¹⁵ (or even more detailed varieties according to each island's natives) Creoles seriously hampers any attempt to introduce a standard writing for Cape Verdean Creole and to make it the official language. In the 1970's, when the first bilingual programs were introduced in the Boston area, in the U.S., among Cape Verdean immigrants, families from the islands of Brava and Fogo refused to accept their children to be taught the creole variant of Santiago, which they see as an African stronghold. Regional and racial divides within the Cape Verdean society, both within and without the archipelago, hamper the acceptance of Creole as the real national language of the country» (2004: 107).

¹⁴ Pereira defende a noção de inteligibilidade entre as variantes da LCV, como sendo um terreno frágil pela sua subjectividade, pelo que leva a cabo uma análise do sistemas verbais das variantes de Barlavento e de Sotavento e conclui que apesar das aparentes divergências, todas as variantes apresentam semelhanças enquanto a sua tendências de mudança. A grande diferença entre ambas repousa no seu caractere resistente ou permissivo e que correspondem a importância da presença europeia na povoamento da ilha (1999: 44).

¹⁵ *Badiu* designa o habitante de Santiago, por oposição ao *sampadjudu* que designa o habitante das outras ilhas.

Ora, a planificação linguística cujo objectivo principal recai na introdução da LCV em todos os campos da vida social, nomeadamente na área do ensino, tem tentado ultrapassar esta dificuldade, baseando a proposta na padronização das duas variedades que consideram sobressalientes e representativas do eixo Barlavento/Sotavento, assim exprimido por Veiga:

«[...] haverá um processo de standardização Norte/Norte, tendo a variante de São Vicente por base; um outro processo Sul/Sul, tendo a variante de Santiago por base» (2004: 111).

Porém, a superação desta divisão geográfica não termina nesta proposta, pelo que Veiga refere a necessidade de processar simultaneamente a standardização de Norte/Sul ainda que indirectamente, isto é, capacitando através da escola, o reconhecimento e o estabelecimento de correspondências de estruturas entre as variantes nas duas zonas.

Por outro lado, é possível argumentar que a padronização da escrita do crioulo está determinada por um projecto político que se pode atribuir ao processo de unificação do Estado-Nação cabo-verdiano. Esta perspectiva é adoptada por alguns antropólogos que apontam para a relação de poder que se estabelece entre aqueles que dominam a escrita e que detêm o poder para a sua padronização, i.e. a actual elite intelectual, e a maioria da população que se encontra excluída da possibilidade de decisão. A este propósito Dias (2002) afirma que:

«A passagem do crioulo para o domínio da escrita é uma transformação de grande influência na perpetuação do poder exercido pela elite cabo-verdiana. A escrita não é uma tecnologia neutra; ela é um fator essencial na criação de hierarquias. O controle da tecnologia da escrita por apenas uma parcela da população influi sensivelmente na distribuição do poder entre os vários elementos de uma sociedade particular, privilegiando os grupos que têm acesso a essa tecnologia em detrimento dos demais» (2002: 20).

Na observação de Dias podemos identificar um duplo problema na determinação de uma LCV padrão, por um lado pelo sensível silenciamento das variedades que não são consideradas como representativas no

programa linguístico acima referido por Veiga, em concreto referimo-nos às variantes de: Santo Antão, Sal, Boavista, São Nicolau, Maio, Brava e Fogo. Por outro lado, as variantes internas determinadas por critérios de natureza geográfica, nomeadamente as variações entre os espaços rurais e urbanos e as variedades mais ou menos acrolectais que surgem nestes últimos¹⁶ e que podem ser identificadas com sociolectos, não aparecem ter representatividade nesta proposta. Pelo que a dissolução das representações tradicionalmente concebidas na dicotomia entre as variedades de Sotavento e Barlavento poderia, pela sua vez, acabar por «produzir e reproduzir importantes fatores de desigualdade social, pois a escolha de uma língua padrão em detrimento de outra acarretaria com ela configurações que fariam prevalecer relações de poder no interior da sociedade cabo-verdiana» e que pela sua vez promoveriam a hierarquização das variedades linguísticas (Dias, 2002: 19-22).

Comparativamente a outras sociedades crioulas a questão da escolha da variante para a padronização da língua crioula é uma questão que já foi numerosas vezes levantada em trabalhos referentes a introdução das línguas crioulas em pé de igualdade com as línguas standard¹⁷. Podemos incluir nestes trabalhos o desenvolvido por Bartens (2001), no qual são descritos os diferentes critérios que os actuantes da planificação linguística têm em conta no momento da escolha de um crioulo-padrão, nomeadamente as divergências entre as autoridades locais, a comunidade em si, e os linguístas. Também é referida de que forma estas estabelecem um certo compromisso na adopção das variantes urbanas, o que explica em certa medida a opção das variantes de Santiago, e mais especificamente da cidade da Praia, ou ainda a variedade de Mindelo para o caso de São Vicente, como bases da estandardização nos eixos anteriormente referidos:

«While linguists used to advocate the selection of basilectal varieties for the standardization of creole languages, some of them

¹⁶ Sobretudo na capital, cidade da Praia (ilha de Santiago).

¹⁷ Na véspera das independências estas já contavam com um conjunto de elementos estruturais tais como uma escrita estandardizada, uma difusão do material didáctico, uma tradição literária, e que representam a única forma de acesso a níveis superiores de educação ou mesmo ao emprego, estas foram mantidas nestas sociedades como mediadores do ensino e na aquisição desde a primária da praticas de escrita e leitura, assim como o acesso ao conhecimento formal e institucionalizado nos modelos ocidentais.

have started listening to the communities in question [part of whom do not even speak the basilect and all of whom aspire at speaking the most acrolectal variety they possibly can] and now advocate the selection of a urban variant as the basis for the standard language» (Bartens, 2001: 32).

Tal como foi acima mencionado, a finalidade principal da estandarização repousa na sua instrumentalização nos campos onde a língua crioula não tinha um acesso directo e inclusive desejado, nomeadamente na totalidade do fórum social público, i.e. nos organismos do governo¹⁸, nos meios de comunicação, mas sobretudo na educação. Para uma verdadeira democratização do ensino¹⁹, como consta nas formulações dos defensores da co-oficialização da LCV, as crianças cabo-verdianas devem poder aprender a ler e a escrever logo nos primeiros anos de escolaridade na sua língua materna que é a LCV. Contudo, estes mesmos defendem que para uma democratização real do ensino, o estudo da LCV deve ser complementado e equiparado ao ensino da LP, a qual beneficia já de uma extensa comunidade internacional que veicula e produz conhecimentos nesta língua. Conhecimentos dos quais a sociedade cabo-verdiana não pode ser apartada. Por esta razão, a política linguística em Cabo Verde não pretende anular o uso da LP, ao contrário, pretende ampliar o seu campo de acção ao campo tradicionalmente atribuído à LCV, sendo este o da oralidade ao mesmo tempo que fornece as ferramentas necessárias aos falantes da LCV para estenderem o seu uso da sua língua materna ao campo da escrita. O que num sentido simbólico corresponde a expressão plena da *caboverdianidade*, enquanto celebração do património cultural cabo-verdiano na sua totalidade, i.e. preservação da história nacional, como o enuncia a intelectualidade cabo-verdiana, nomeadamente em Fonseca (1998):

«Foi certamente preciso, para quantos de nós, que cedo tivemos um contacto assíduo e íntimo com a língua portuguesa, algum es-

¹⁸ Dias refere que um dos principais factores de supremacia da língua standard recai na sua instrumentalização na administração, relembrando que os estados após a independência se configuraram sob o modelo do Estado-Nação, no qual a escrita desempenha um papel primordial na organização burocrática destes estados (2002:11).

¹⁹ Embora depois da independência esta tenha sido bastante alargada.

forço e alguma reflexão, para, assumindo plenamente as diversas coordenadas da nossa personalidade e do nosso dever colectivos, chegarmos hoje às conclusões que [...] emanam de um querer assumir, de uma vez por todas, a totalidade da nossa herança, libertando-nos do preconceito maniqueísta gerador do falso dilema: guardar o crioulo e perder o português ou guardar o português e assassinar o crioulo, contrariando o lento e longo caminhar da caboverdianidade» (1998: 99).

Apesar da especificidade cabo-verdiana acima destacada, na verdade todas as sociedades crioulas confrontaram-se logo a seguir à independência com a problemática da standardização do crioulo local e da sua implantação na educação, assim como nas outras áreas do fórum público. Tal como acontece em Cabo Verde, nas sociedades onde existe uma (ou várias) línguas vernáculas que coexiste com uma língua standard, criou-se uma representação pejorativa do uso da vernácula pelo exercício de pressão do grupo social que domina a forma de prestígio. Assim, na sociedades crioulas, mas também em todas aquelas nas quais existe um conjunto de línguas faladas por uma minoria étnica, como o inglês afro-americano nos Estados Unidos, o uso das vernáculas está associado à maior barreira na aquisição do standard. Sendo que esta constitui a chave para o sucesso académico e económico, pelo que a vernácula devia ser evitada a qualquer custo (Siegel, 2007: 67). Por estas razões, e outras que já foram mencionadas anteriormente, a existência de programas formais de educação nas quais as línguas vernáculas se encontram inseridas é muito reduzida. Até este dia, existem só três territórios onde se verifica a utilização de um programa nacional de instrumentalização das línguas vernáculas, nomeadamente como meio de instrução nas escolas primárias nos primeiros anos da alfabetização, ou ainda para leccionar algumas disciplinas (Siegel, 1999a). Estes casos dão-se nas Seychelles, em Haiti, nas Antilhas Holandesas e Aruba, onde a língua crioula é nos dois últimos o *Papiamentu* (Siegel, 2007:68).

Num trabalho recente, Siegel (2005) procede a uma análise dos obstáculos na oficialização e instrumentalização das línguas vernáculas na escolaridade, assim como aborda a questão do desenvolvimento destes, para os quais verifica-se uma regressão nos últimos anos. Este trabalho

incide na reflexão sobre a escolha de uma grafia para desempenhar a função de instrumento na instrução formal, nomeadamente a oposição ideológica que representa a adopção duma ortografia etimológica ou fonémica. A ortografia etimológica baseia-se nas convenções ortográficas da língua lexificadora, distanciando-se apenas desta pela distinção com algumas formas da língua crioula (ou do *pidgin*), especialmente na pronúnciação (cf. Winer, 1990). Por outro lado, a ortografia fonémica baseia-se nos sons que ocorrem de facto na língua (crioula ou *pidgin*) sem nenhuma referência à língua lexificadora, e que idealmente teria uma correspondência exacta entre o som e o grafema. Do ponto de vista ideológico, a ortografia fonémica traduz uma ruptura com a língua lexificadora pela reivindicação da autonomia da língua vernácula. Siegel salienta ainda as vantagens que esta ortografia apresenta para a planificação linguística:

«It is the phonemic orthography that appears to meet the language-planning goals of accessibility and autonomy for P/C [pidgins and creoles]. First of all, it well known that a phonemic writing system is easier to learn when acquiring literacy because of its consistency and because new readers tend to decode sound by sound. In contrast, the etymological orthography preserves the inconsistencies and historical forms unrelated to pronunciation that are found in the lexifier language. [...] Second, with regard to the goal of autonomy, the phonemic orthography clearly makes the written form of the P/C look distinct from that of the lexifier. In contrast, the etymological orthography reinforces the view that P/C is a deviant variety of the lexifier» (Siegel 2005: 147).

No caso cabo-verdiano esta distinção encontra-se representada na expressão da autonomização da LCV, nas palavras de Fonseca:

«Para muitos nacionais que, no fundo, se contentariam de um estatuto de vassalagem política para Cabo Verde, um alfabeto do Crioulo que não seja uma cópia decalcómana do alfabeto português é pura aberração tecnocrática e ruptura com a nossa tradição. Ora, é sabido que na relação Crioulo/Português é o primeiro que se deve (dado o parentesco) defender para não perecer. Isso significa que o

alfabeto a ser adoptado deve permitir uma DIFERENCIAÇÃO VISUAL imediata, não podendo pois por essa razão e por diversas outras que têm a ver com a estrutura profunda do Crioulo, ser uma cópia do alfabeto da Língua Portuguesa» (1998: 102).

Outra questão de relevância na análise de Siegel a propósito do uso da língua vernácula na escolaridade, é a instrumentalização da vernácula para adquirir mais eficazmente a língua standard (e outros conhecimentos relativos a outras disciplinas). Se, por um lado, esta metodologia ajuda o falante da língua vernácula a estabelecer contrastivamente os limites da língua materna com a língua standard, contribuindo significativamente para a erradicação da insegurança linguística, e para a redução de interferências entre uma língua e a outra (2007: 73); por outro lado, é de notar que o tipo de ensino contrastivo pode não ser interpretado como uma forma de conhecimento *per se* pelos seus falantes, mas antes como um instrumento de aperfeiçoamento da língua de maior prestígio (Sebba 1998).

Não entanto, a revisão dos resultados dos programas de instrumentalização da línguas vernáculas no ensino formal, demonstram que estas iniciativas constituem um salto qualitativo nos primeiros passos da literacia assim como da veiculação de conhecimentos em variadas áreas disciplinares quando leccionadas nas língua vernáculas. Isto deve-se essencialmente à mudança atitudinal dos professores e alunos em relação a importância e o valor do uso da vernácula (Siegel, 2007: 75).

Aplicada à realidade cabo-verdiana, a experiência da introdução do vernáculo no ensino formal também tem demonstrado resultados similarmente positivos. Referimo-nos aos dois casos em particular, que foram o projecto experimental de alfabetização bilingue levado a cabo em Cabo Verde em 1987, onde pela primeira vez, após a elaboração de estudos gráficos, gramaticais e lexicais, e de materiais didácticos em crioulo, se ensinou efectivamente na língua materna (Pereira, 1991). Esta experiência teve um impacto favorável na população (monolingue) e levou a segunda proposta de grafia apresentada em 1989, e que resultou na proposta do ALUPEC que ainda hoje se encontra em vigor.

A segunda experiência de sucesso situa-se em Massachussetts, nos Estados Unidos, onde existe a maior comunidade cabo-verdiana a seguir àquela residente em Portugal. As condições básicas para a implementação

de um ensino de tipo bilingue, nos moldes do efectuado na área de Boston, foi proporcionado pela lei do ensino transicional bilingue em 1971, segundo o qual foi possível que as escolas distritais implementassem um estudo equiparável para as crianças cuja língua materna não era o inglês. Logo após esta data, 1973 marcou o início da educação formal bilingue da LCV nas escolas de Boston, cuja base metodológica e suporte didáctico, tiveram que ser constituídos de origem. Apesar destas dificuldades, até 2003, data em que a lei foi alterada e foi extinto o programa de ensino bilingue neste estado, a coordenadora deste projecto desde a sua fundação aponta para o seu impacto positivo na representatividade da cultura cabo-verdiana na cultura *mainstream*, assim como para o sucesso escolar proporcionado por ditos programas:

«These high-school programs have contributed significantly to the increased role of the Cape Verdean language, culture, and identity in the education of students. Among these contributions are the preparation of a curriculum guide in Capeverdean Creole for non-illiterates of high-school age by some Cape Verdean teachers; a focused literacy program for those students; a Cape Verdean theatre arts component; [...]. Finally, there continues to be substantial increase in the numbers of Cape Verdean graduates from the programs as well as the rise in higher education scholarships, this due to the successful efforts of teachers and administrators who insist on maintaining high standards of learning and teaching» (Gonsalves, 1999: 19).

2.3. Afirmação da língua cabo-verdiana através da resistência cultural

Como já foi referido, desde a sua origem, a LCV esteve em contacto com a língua portuguesa, contacto esse que em determinados momentos foi mais problemático. No entanto, ao contrário do que aconteceu/acontece com muitas línguas, noutros contextos de enfrentamento – que perderam ou estão a perder progressivamente as suas características próprias, podendo ser completamente assimiladas por línguas socialmente dominantes ou deixarem de ter falantes – a LCV resistiu.

Como afirma a antropóloga Paula Meneses, cada vez que uma língua extingue, desaparece com ela a memória cultural do grupo a que pertenciam, sendo que o desaparecimento de uma língua é sinónimo de extinção, de perda cultural da diversidade humana, na medida em que perdem-se saberes ancestrais, cosmologia, filosofias, perspectivas sobre o espaço e sobre o tempo (Meneses, 2003: 2).

No caso cabo-verdiano, muitas vozes e muitas manifestações culturais têm contribuído para a afirmação da LCV. É, sobre isso que pretendemos debruçar nesta secção, dando uma especial atenção ao papel da produção literária (escrita) e da tradição oral (literatura oral) na afirmação da LCV.

Quanto à produção literária (escrita), uma das maiores contribuições para a afirmação da LCV tem vindo da parte de um grupo de escritores cabo-verdianos, que tem insistido na escrita literária na LCV. A produção literária (escrita) na LCV remonta à segunda metade do século XIX. Um dos documentos mais elucidativos a esse respeito é o *Almanaque Luso-Africano* (1º volume – 1894; 2º volume - 1899) de António Manuel Teixeira. É importante, também, realçar as contribuições de: José Bernardo Alfa-ma, publicou *Canções crioulas* (1910); Eugénio Tavares, publicou *Mornas – Cantigas Crioulas* (1932); Pedro Cardoso, publicou *Folclore cabo-verdiano* (1933); Mário Macedo Barbosa; Jorge Barbosa; Ovídio Martins, publicou *Caminhada* (1962); Luís Romano, publicou *Lzimparim-Negrume* (1973) e foi um dos que mais reclamou a integral cidadania da língua cabo-verdiana; Gabriel Mariano; Kaoberdiano Dambará, publicou *Noti* (1968?); Artur Vieira; Sukre D'sal; Kwame Kondá; Tacalhe; Osvaldo Osório; Corsino Fortes; Arménio Vieira; Sérgio Frusoni; Emanuel Braga; Artur Vieira, etc. Mais recentemente, a produção literária (escrita) na língua cabo-verdiana tem sido reforçada com as contribuições de Káká Barbosa, Manuel Veiga, Tomé Varela da Silva, entre outros. Também está prevista a tradução para a LCV de alguns escritos de poetas como Fernando Pessoa e Luís Vaz de Camões, sob a organização do poeta cabo-verdiano José Luís Tavares. Tendo em atenção o crescente recurso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a LCV tem vindo a ganhar mais espaço, particularmente na Internet e sobretudo junto da camada jovem.

Relativamente à tradição oral (literatura oral), destacamos as estórias, os provérbios e as adivinhas tradicionais, apresentados quase sempre na

LCV. Essas manifestações culturais proporcionam momentos lúdicos, desempenham papéis pedagógicos e asseguram a transmissão das tradições entre as gerações. Através dessas manifestações culturais, construídas ou reconstruídas, as várias gerações foram transmitindo, com base na oralidade, informações, experiências e conhecimentos, vividas ou imaginadas, sobre as suas realidades socioculturais. Desta forma, essas manifestações culturais, embora estejam a ser cada vez menos praticadas, devido ao desenvolvimento tecnológico da própria sociedade cabo-verdiana, durante muito tempo foram, e ainda têm sido, instrumentos fundamentais na luta pela preservação da LCV. Pois, têm sido importantes meios de socialização, sobretudo para as crianças e para os jovens, que recebem a herança cultural cabo-verdiana, através da LCV (quer no contexto nacional, quer na diáspora).

Para além da produção literária (escrita) e da tradição oral (literatura oral), também outras manifestações culturais têm desempenhado um papel importante nesse processo de afirmação da LCV, sendo de destacar a fundamental contribuição da música, respeitada e aclamada no panorama internacional. Portanto, tem havido uma longa luta pela afirmação da LCV enquanto elemento cultural e, por conseguinte, pela preservação de outros conhecimentos existentes na sociedade cabo-verdiana.

2.4. A língua cabo-verdiana e a valorização de outros conhecimentos

A antropóloga Paula Meneses frisa que as línguas coloniais – consideradas línguas científicas/línguas veículo do saber moderno – apesar de cada vez mais nativizadas, continuam a ser consideradas o veículo, por excelência, de difusão da literacia. Desta forma, importa descolonizar o carácter subalterno que muitas línguas ainda detêm, por as línguas e o sentido colonial do poder as terem relegado a um estatuto ideológico inferior (o de dialecto). Um dos fenómenos que tem permitido o perpetuar desta situação de subalternidade é talvez a inexistência de escrita e a força da oralidade, fenómenos que não são conhecidos pelo quadro de legitimação de conhecimento da modernidade ocidental (Meneses, 2003: 3-4 e 8).

Desta forma, a afirmação das línguas locais, em certa medida, constitui um instrumento fundamental para a valorização dos conhecimentos

do povo que a pratica. Daí que, a afirmação formal da LCV potencializa a revitalização dos saberes do povo cabo-verdiano, que ao longo da história de Cabo Verde têm sido, tal como os saberes dos outros povos que não se pautam pelos princípios epistemológicos e pelas regras metodológicas da ciência moderna, atribuído um estatuto de inferioridade epistemológica.

Se é verdade que a afirmação da LCV potencializa a revitalização desses saberes catalogados como tradicionais, não é menos verdade que esses saberes deram, também, grandes impulsos para que, hoje, trinta e três anos após a conquista da independência nacional e mais de quinhentos depois do povoamento das primeiras ilhas do arquipélago, a LCV, para além de ter resistido, reclame um novo estatuto, o de língua co-oficial. Portanto, o seu merecido reconhecimento nas situações formais de comunicação.

Conclusão

Nesta conclusão, pretendemos apresentar duas teses favoráveis a uma efectiva implementação do bilinguismo em Cabo Verde, tendo em atenção a língua cabo-verdiana enquanto elemento cultural e enquanto suporte de produção e veículo de transmissão de conhecimentos.

1. A construção de um verdadeiro bilinguismo em Cabo Verde constitui um imperativo para o desenvolvimento da LCV e da LP e, conseqüentemente, para o enriquecimento do património cultural cabo-verdiano. Entendemos que o enriquecimento do património cultural cabo-verdiano, em boa medida, depende dos estatutos que estas duas línguas venham a adquirir, sendo necessário o reconhecimento de estatutos equivalentes para a LCV e para a LP.

Como foi referido anteriormente, embora tenham havido iniciativas esporádicas de valorização da produção literária e linguística em LCV, em Cabo Verde existe uma disparidade entre os domínios de escrita e da oralidade da LCV e da LP, sendo que a LCV é a língua da oralidade por excelência, enquanto que a escrita está quase restrita à LP. Desta forma, reafirmamos que a integral cidadania da LCV e da LP, depende, em boa medida, do papel que a LP venha a ocupar na comunicação oral e do papel que o LCV venha a ocupar na comunicação escrita.

Neste sentido, a premissa sobre a qual assenta a proposta da planificação linguística sublinha o alargamento do ensino da LP, bem como o rigor neste ensino, e o seu uso nas situações informais de comunicação. Quanto à LCV, a proposta é torná-la objecto de investigação científica, de ensino gradual e de uso nas situações formais de comunicação. Relativamente ao ensino dessa língua foi apresentada uma metodologia que realça três questões fundamentais. Primeiro, a necessidade do ensino da LCV se processar, inicialmente, como matéria e só depois como veículo de transmissão de outras matérias. Segundo, a necessidade de começar com esse ensino nas instituições superiores de educação e só depois nas estruturas secundárias e primárias. A nível da pré-primária, a aprendizagem deve ser, exclusivamente, oral e numa percentagem de 50% de LCV e de 50% de LP. Terceiro, a necessidade de orientar o ensino da LCV, primeiramente, em dois sentidos e depois num sentido globalizante. Portanto, em primeiro lugar, haverá como referimos anteriormente um processo de standardização Barlavento/Barlavento tendo a variante de São Vicente por base e um outro processo Sotavento/Sotavento, tendo a variante de Santiago por base. Durante esses dois processos, a intenção é que, simultaneamente, fique definida a standardização Barlavento/Sotavento. Isso significa que, quando em Barlavento se ensina a respectiva realização, os educandos devem ser levados a descobrir a correspondência dessa mesma realização a Sotavento e vice-versa (Veiga, 2004: 110-111). Isso significa que, quando em Barlavento se ensina a respectiva realização, os educandos devem ser levados a descobrir a correspondência dessa mesma realização ao Sotavento e vice-versa (Veiga, 2004: 110-111).

2. A construção do bilinguismo em Cabo Verde é um contributo indispensável para o reconhecimento da diversidade epistémica. A afirmação da língua cabo-verdiana, e a sua eventual complementaridade com a língua portuguesa, reveste-se de particular importância para o povo cabo-verdiano, particularmente no que se refere à luta contra a colonialidade do poder, do saber e do ser. Assim, para além de atribuir um estatuto equivalente para a língua cabo-verdiana e para a língua portuguesa, importa dar o devido valor aos conhecimentos que têm sido produzidos e transmitidos nestas duas línguas ao longo do tempo. Lutar contra a subalternização, tanto da língua cabo-verdiana, como da língua portu-
gue-

sa, significa lutar contra a subalternização dos conhecimentos produzidos nestas línguas e contra a subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentam em tais conhecimentos.

A experiência das comunidade ditas tradicionais ou locais e das comunidades ditas científicas têm guiado a vida de incontáveis gerações em Cabo Verde, desta forma, torna-se urgente substituir as expressões e as práticas que subalternizam determinados conhecimentos por expressões e práticas que reconhecem as diferenças e as contribuições de cada uma das formas de produção de conhecimento. Assim, a aposta no bilinguismo, em Cabo Verde, contribui para a construção e o reconhecimento da *ecologia dos saberes* e da *ecologia das trans-escalas* neste país, se ela for capaz de reconhecer a existência e a importância das diferentes forma e das diferentes escalas de produção de conhecimentos.

A construção do bilinguismo em Cabo Verde será um passo decisivo para que tanto a língua cabo-verdiana, como a língua portuguesa, sejam capazes de contribuir para a produção científica, como também para a produção de outros conhecimento. Para além de valorizar os conhecimentos, que até então, são produzidos, exclusivamente, na língua cabo-verdiana ou na língua portuguesa, a construção do bilinguismo em Cabo Verde e, conseqüentemente, a presença da língua cabo-verdiana e da língua portuguesa em todas as situações de comunicação, formais e informais, contribui para uma cumplicidade maior entre as duas línguas.

Referencias bibliográficas

- ALMADA, Maria Dulce de Oliveira [cf. Duarte] (1961), *Cabo Verde. Contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- BARTENS, Angela (2001), “The rocky way to education in creole”, in Mauro Fernández (ed.): *Shedding Light on the Chabacano Language, Estudios de Sociolingüística*, 2(2), 27-56.
- BATALHA, Luis (2004), “The politics of Cape Verdean Creole”, in Fernández et al. (eds.): *Los criollos de base ibérica. ACBLPE 2003*. Frankfurt am Main and Madrid: Vervuert and Iberoamericana, 101-109.
- CARREIRA, António (1985), *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispa-do de Cabo Verde*. Praia: ICL.
- DECAMP, David (1971), “Toward a generative analysis of post-creole speech community”, in D. Hymes (ed.): *Pidginization and creolization of languages*. London: Cambridge University Press, 304-376.
- DIAS, Braz Juliana (2002), “Língua e poder: transcrevendo a questão nacional”, in *Mana*, 8(1), 7-27. Rio de Janeiro.
- DUARTE, Maria Dulce Almada (1998), *Bilingüismo ou diglossia*. Mindelo: O Autor e Spleen-Edições.
- ESCURE, Genevieve (1997). *Creole and Dialect Continua*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins.
- FANHA, Dulce [cf. Pereira] (1989), “‘Ka nhos ben pasia linguajen!’ ou falar crioulo e falar português em Cabo Verde”, in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº1. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 11-14.
- FANHA, Dulce (1987) “Aspectos de contacto entre o português e o crioulo de Cabo Verde”, Separata do *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 291-310.
- FANON, Frantz (1975) (2ª ed.), *Pele negra, máscaras brancas*. Porto: Paisagem.
- FERGUSON, Charles (1959), “Diglossia”, in *Word*, vol.15, 325-340.
- FISHMAN, Joshua A. (1972), “Domains and the relationship between micro- and macrosociolinguistics”, in J. Gumperz and D. Hymes (eds.):

- Directions in sociolinguistics. The ethnography of speaking*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 407-434.
- FONSECA, Mário (1998), “Padronização do Alfabeto: Sua Importância (Defesa da Língua Caboverdiana, do Bilingüismo e do Multilingüismo)”, in *Cultura*, 2, 98-107. Cabo Verde: Ministério da Educação, Ciência e Cultura.
- GONSALVES, Georgette (1999), “Cape Verdean Bilingual Education: The Boston Experience since 1973”, in *Cimboa*, 7(3), 18-21.
- Holm, John; Swolkien, Dominika (2005), “Inflections in 19th c. Upper Guinea Creole Texts”, comunicação apresentada no *XIe Colloque International des Études Créoles*. Praia.
- PEREIRA, Dulce (2006), [cf. Fanha], “Argumentos históricos e linguísticos contra a oposição entre crioulo de Barlavento e crioulo de Sotavento, em Cabo Verde”, comunicação apresentada no *Congresso Anual da Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*. Coimbra.
- PEREIRA, Dulce (2001), “Fala crioulo papia português”, in *Cultura*, nº3, 153-161. Cabo Verde: Ministério da Educação, Ciência e Cultura.
- PEREIRA, Dulce (2000), “Descruioulização lexical no contacto entre o caboverdiano e o português”, in *Revista Galega de Filoloxía*, 1/2000, 175-195.
- PEREIRA, Dulce (1999), “Um crioulo de outro planeta”, in Ernesto d’ Andrade et al. (eds.): *Crioulos de base Portuguesa*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, 27- 46.
- PEREIRA, Dulce (1991), “Crioulo e ambiguidade de identificação socio-linguística em Cabo Verde”, comunicação apresentada no *II Colóquio Internacional em Ciências Sociais sobre a África de Língua Oficial Portuguesa*, 19-25.
- MASOLO, D. A. (2003), “Philosophy and indigenous knowledge: an african perspective”, in *Africa Today*, 50 (2). Research Library Core, 20-38.
- MENESES, Maria Paula (2003), “Sobre as línguas e a situação de subalternização”. *Working Paper*, 1-7.
- MIGNOLO, Walter (2003), “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica”, in Boaventura de Sousa Santos (Org.): *Conhecimento prudente*

- para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências revisitado'*. Porto: Afrontamento, 631-671.
- SEBBA, Mark (1998), "Orthography as Practice and Ideology: The Case of Manx". *Working Paper, 102*. Lancaster University, Department of Linguistics and Modern English.
- SIEGEL, Jeff (2007). "Creoles and Monority Dialects in Education : An Update." in *Language and Education*. Vol.21.1. University of Reading, UK. 66-86.
- SIEGEL, Jeff (2005), "Literacy in pidgin and creole languages", in *Current Issues in Language Planning*, 6(3), 143-163.
- SILVA, Baltazar Lopes da (1957), *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Imprensa Nacional: Lisboa.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2005), *O fórum social mundial: manual de uso*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula; Nunes, João Arriscado (2004), "Introdução – para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo", in Boaventura de Sousa Santos (Org.): *Semear outras soluções: caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, 19-101.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", in Boaventura de Sousa Santos (Org.): *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências revisitado'*. Porto: Afrontamento, 735-775.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), "Os processos de globalização", in Boaventura de Sousa Santos (Org.): *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 31-106.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999) (11^a ed.), *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- VEIGA, Manuel. (2004), *A construção do bilinguismo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

